

STJ00111475

GILMAR FERREIRA MENDES
PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

Curso de DIREITO Constitucional

16ª edição
revista e atualizada

2021

saraiva  jur

 **idp** INSTITUTO
BRASILEIRO
DE ENSINO,
DESENVOLVIMENTO
E PESQUISA



Av. Paulista, 901, 3ª andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial	Fernando Penteado
Planejamento	Josiane de Araujo Rodrigues
Novos projetos	Sérgio Lopes de Carvalho Dallia Costa de Oliveira
Edição	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Deborah Caetano de Freitas Viadana
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Verônica Pivisan Reis Estela Janiski Zumbano
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraíso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Nicolly Wasconcelos Razuk
Diagramação	Fabricando Ideias
Revisão	Lígia Alves
Capa	IDÉE arte e comunicação
Produção gráfica	Marti Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Bartira

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Mendes, Gilmar Ferreira

Curso de direito constitucional / Gilmar Ferreira Mendes;
Paulo Gustavo Gonet Branco. – 16. ed. – São Paulo: Saraiva
Educação, 2021. (Série IDP)
1.720 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5559-394-5 (impresso)

1. Direito constitucional - Brasil. I. Título. II. Branco, Paulo
Gustavo Gonet. III. Série.

20-0741 CDD 341.2
CDU 342(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito constitucional

Data de fechamento da edição: 10-12-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL CAE

SUMÁRIO

<i>Nota dos Autores à 16ª edição</i>	35
<i>Nota dos Editores</i>	37
CAPÍTULO 1 NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	39
<i>Paulo Gustavo Gonet Branco</i>	
I O VALOR DA CONSTITUIÇÃO – PERSPECTIVA HISTÓRICA	41
1. Na Europa	42
1.1. Supremacia do Parlamento e controle de constitucionalidade	48
2. Nos Estados Unidos	50
3. Neoconstitucionalismo	55
II CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO	57
1. Constituição em sentido substancial (ou material)	57
2. Constituição em sentido formal	59
III FONTES DO DIREITO CONSTITUCIONAL	60
IV CLASSIFICAÇÕES	62
1. Normas materialmente constitucionais e normas formalmente constitucionais	62
2. Constituições escritas e não escritas	63
3. Constituições rígidas e flexíveis	64
4. Constituição-garantia e Constituição programática	65
5. Constituição outorgada e Constituição promulgada	65
6. Constituição normativa, Constituição nominal e Constituição semântica	65
V AS NORMAS CONSTITUCIONAIS	67
1. Parte orgânica e parte dogmática da Constituição	67
2. Características das normas constitucionais	67
3. Densidade e aplicabilidade das normas constitucionais	69
4. A característica da sanção imperfeita	73
5. Modalidades de normas constitucionais – regras e princípios	73
6. Regras e princípios em Dworkin e em Alexy	75
7. Normas constitucionais classificadas segundo a sua função	77

VI	PREÂMBULO DA CONSTITUIÇÃO E ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	78
1.	Há norma constitucional no Preâmbulo da Constituição?	78
2.	O ADCT	79
VII	INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO – NOÇÕES ELEMENTARES	82
1.	Levando em conta a estrutura das normas constitucionais	83
2.	Análise do programa normativo: inquietações técnicas para o intérprete	85
3.	Ambiguidades	86
4.	Incoerência normativa	88
5.	Lacunas	89
6.	Métodos de interpretação da Constituição	92
7.	Princípios da interpretação constitucional	94
VIII	CONSTITUIÇÕES NO BRASIL – DE 1824 A 1988	100
	CAPÍTULO 2 PODER CONSTITUINTE	105
	<i>Paulo Gustavo Conet Branco</i>	
I	PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO	105
1.	Momentos de expressão do poder constituinte originário	107
2.	Constituição de 1988: resultado de exercício do poder constituinte originário	108
3.	Formas de manifestação do poder constituinte originário	109
4.	Questões práticas relacionadas com o poder constituinte originário	110
4.1.	Supremacia da Constituição	110
4.2.	Recepção	110
4.3.	Revogação ou inconstitucionalidade superveniente?	112
4.4.	Normas da antiga Constituição compatíveis com a nova Constituição	113
4.5.	Normas anteriores à Constituição e modificação de competência	113
4.6.	Repristinação	114
4.7.	Possibilidade de se declarar inconstitucional norma anterior à Constituição, com ela materialmente compatível, editada com desobediência à Constituição então vigente	114
4.8.	Poder constituinte originário e direitos adquiridos	115
4.9.	Poder constituinte originário e controle de constitucionalidade dos seus atos	119
II	PODER CONSTITUINTE DE REFORMA	120
1.	Constituições rígidas e Constituições flexíveis	120
2.	Denominações do poder de reforma	121
3.	Limites ao poder de reforma – espécies	121
4.	As limitações materiais – introdução	123
4.1.	Limites materiais – dificuldades teóricas para a sua aceitação	123
4.2.	Natureza da cláusula pétrea	124
4.3.	Finalidade da cláusula pétrea – o que ela veda	125

4.4. Alcance da proteção da cláusula pétrea	126
4.5. Controle de constitucionalidade de emendas em face de cláusula pétrea	127
4.6. As cláusulas pétreas em espécie	129
4.6.1. Forma federativa do Estado	129
4.6.2. A separação de Poderes	130
4.6.3. O voto direto, secreto, universal e periódico	130
4.6.4. Os direitos e garantias individuais	131
4.6.5. Direitos sociais e cláusula pétrea	131
4.6.6. Criação de novos direitos fundamentais	132
4.6.7. Direitos previstos em tratados sobre direitos humanos	133
4.6.8. A cláusula pétrea da garantia do direito adquirido	134
4.7. Cláusulas pétreas implícitas	135
III MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL	137
CAPÍTULO 3 TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	139
I DIREITOS FUNDAMENTAIS – TÓPICOS DE TEORIA GERAL	139
<i>Paulo Gustavo Gonet Branco</i>	
1. Introdução	139
2. Histórico	139
2.1. Gerações de direitos fundamentais	141
3. Concepções filosóficas justificadoras dos direitos fundamentais	142
4. Noção material dos direitos fundamentais (fundamentalidade material)	143
5. Características dos direitos fundamentais	146
5.1. Direitos universais e absolutos	146
5.2. Historicidade	148
5.3. Inalienabilidade / indisponibilidade	149
5.4. Constitucionalização	151
5.5. Vinculação dos Poderes Públicos	152
5.5.1. Vinculação do Poder Legislativo	152
5.5.2. Vinculação do Poder Executivo	153
5.5.3. Vinculação do Poder Judiciário	156
5.6. Aplicabilidade imediata	157
6. Tendências na evolução dos direitos humanos	160
7. Funções dos direitos fundamentais	160
7.1. A teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek	161
7.2. Direitos de defesa, a prestação e de participação	161
7.2.1. Direitos de defesa	161
7.2.2. Direitos a prestação	163
7.2.3. Direitos a prestação jurídica	164
7.2.4. Direitos a prestações materiais	165
7.2.5. Direitos fundamentais de participação	170

7.2.6. Índole ambivalente de vários direitos fundamentais	171
8. Dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais.	171
9. Direitos e garantias	173
10. Garantias institucionais.	174
11. Outros direitos decorrentes do regime constitucional e de tratados	175
12. Titularidade dos direitos fundamentais	176
12.1. Direitos fundamentais e pessoa jurídica	176
12.2. Direitos fundamentais e estrangeiros	177
12.3. Capacidade de fato e capacidade de direito	178
12.4. Sujeitos passivos dos direitos fundamentais	180
13. Colisão de direitos fundamentais – breves considerações.	187
14. Direitos fundamentais e relações especiais de sujeição	194
II LIMITAÇÕES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	196
<i>Gilmar Ferreira Mendes</i>	
1. Considerações gerais	196
1.2. Âmbito de proteção: determinação	197
1.3. Conformação e restrição.	198
1.3.1. Considerações preliminares	198
1.3.2. Âmbito de proteção estritamente normativo	199
2. Restrições a direitos fundamentais.	201
2.1. Considerações preliminares	201
2.2. Tipos de restrições a direitos fundamentais.	203
2.2.1. Reserva legal simples.	208
2.2.2. Reserva legal qualificada.	210
2.3. Direitos fundamentais sem expressa previsão de reserva legal.	214
3. Os limites dos limites.	216
3.1. Considerações preliminares	216
3.2. O princípio da proteção do núcleo essencial	216
3.2.1. Considerações preliminares	216
3.2.2. Diferentes posições dogmáticas sobre a proteção do núcleo essencial	217
3.2.3. Núcleo essencial na doutrina constitucional brasileira	220
3.3. O princípio da proporcionalidade	222
3.3.1. Considerações preliminares	222
3.3.2. Fundamentos do princípio da proporcionalidade	223
3.3.3. Elementos do princípio da proporcionalidade	229
3.3.4. Da proibição do excesso à proibição da proteção insuficiente (<i>Untermassverbot</i>)	232
3.3.5. A proporcionalidade na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	233
3.3.6. Duplo controle de proporcionalidade e controle de proporcionalidade <i>in concreto</i>	236
3.4. Proibição de restrições casuísticas.	238
3.5. A colisão de direitos fundamentais	240
3.5.1. Considerações preliminares	240

3.5.2. Tipos de colisão	241
3.5.3. Solução dos conflitos	242
3.5.3.1. Considerações preliminares	242
3.5.4. Colisão de direitos na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	245
3.6. Concorrência de direitos fundamentais	258
CAPÍTULO 4 DIREITOS FUNDAMENTAIS EM ESPÉCIE	263
I DIREITO À VIDA	263
<i>Paulo Gustavo Gonet Branco</i>	
1. Titularidade do direito à vida	265
2. Direito à vida: direito de defesa e dever de proteção	267
II LIBERDADES	271
<i>Paulo Gustavo Gonet Branco</i>	
1. Liberdades de expressão	271
1.1. Conteúdo da liberdade de expressão	272
1.2. Sujeitos do direito à liberdade de expressão	273
1.2.1. A liberdade de expressão enseja a pretensão do indivíduo de ter acesso aos meios de comunicação?	275
1.3. Modos de expressão	276
1.4. Limitações ao direito de expressão	279
1.4.1. A verdade como limite à liberdade de expressão	284
1.4.2. Expressão, honra e sensibilidade	286
1.4.3. Liberdade de expressão, família e dignidade	287
1.5. Proibição das manifestações em casos concretos	288
2. Direito à intimidade e à vida privada	290
2.1. Em que consiste o direito à privacidade e à intimidade?	290
2.2. Limites ao direito à privacidade	293
2.2.1. Restrição à privacidade com o consentimento do indivíduo	293
2.3. Privacidade e sigilo bancário/fiscal	296
2.4. Privacidade e inviolabilidade do domicílio	299
2.4.1. Objeto da tutela da inviolabilidade do domicílio	300
2.4.2. Os sujeitos do direito	301
2.5. Privacidade e sigilo das comunicações	303
3. Liberdade de reunião e de associação	305
3.1. Direito de reunião	305
3.1.1. Elementos do direito de reunião	306
3.1.2. Limites do direito de reunião	308
3.1.3. Hipótese de concorrência de direitos	310
3.1.4. Direito de abstenção e direito a prestação	311
3.2. Liberdade de associação	312
3.2.1. Breve notícia de história	312

3.2.2.	A liberdade de associação na Constituição Federal	313
3.2.3.	Conteúdo da liberdade de associação.	314
3.2.4.	A base constitutiva da associação – pluralidade de pessoas e ato de vontade.	314
3.2.5.	A finalidade da associação.	315
3.2.6.	Dimensões subjetiva e objetiva do direito à livre associação – a liberdade de associação em face do Estado e em face dos particulares	316
3.2.7.	Entidades associativas e representação de associados	321
4.	Liberdade de consciência e de religião.	322
4.1.	Liberdade de consciência.	323
4.1.1.	Conteúdo da liberdade de consciência.	323
4.2.	Liberdade religiosa.	327
III	O DIREITO DE PROPRIEDADE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	332
	<i>Gilmar Ferreira Mendes</i>	
1.	Considerações preliminares	332
2.	Âmbito de proteção.	334
2.1.	Conceito de propriedade.	334
2.2.	Propriedade e patrimônio	336
2.3.	Direito de propriedade e direitos subjetivos públicos de caráter patrimonial	337
2.4.	Direito autoral e sua proteção.	338
2.5.	Propriedade de inventos, patentes e marcas.	340
2.6.	Propriedade pública	342
2.7.	Direito de herança	343
2.8.	Alteração de padrão monetário e a garantia da propriedade	344
2.8.1.	Considerações preliminares	344
2.8.2.	Significado da garantia constitucional da propriedade e alteração do padrão monetário	346
3.	Titular do direito de propriedade	349
4.	Limitação	351
4.1.	Definição e limitação do conteúdo do direito de propriedade	351
4.2.	Restrição ao direito de propriedade e o princípio da proporcionalidade	356
4.3.	Desapropriação	358
4.3.1.	Considerações gerais.	358
4.3.2.	Desapropriação indireta	361
4.3.3.	Desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária	362
4.3.4.	Desapropriação de imóvel urbano não edificado mediante pagamento em títulos públicos.	364
4.3.5.	Desapropriação judicial privada	364
4.4.	Requisição.	365
4.5.	Impenhorabilidade dos bens de família e garantia do fiador	368
4.6.	Impenhorabilidade da pequena propriedade rural	369
4.7.	Usucapião de imóvel urbano.	370

4.8. Regularização fundiária e os instrumentos da Lei n. 13.465 / 2017	371
4.9. Expropriação de imóveis urbanos e rurais onde localizadas cultura de plantas psicotrópicas e/ou exploração de trabalho escravo.	373
4.10. Servidões administrativas	375
4.11. Ocupação temporária	375
4.12. Limitações administrativas	376
4.13. Tombamento	377
5. Propriedade e demarcação de terras indígenas	378
6. A garantia institucional do direito de propriedade como limite do limite (<i>Schranken- -Schranke</i>)	382
IV DIREITO ADQUIRIDO, ATO JURÍDICO PERFEITO, COISA JULGADA E SEGURANÇA JURÍDICA	384
<i>Gilmar Ferreira Mendes</i>	
1. Considerações preliminares	384
2. Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada.	387
3. Direito adquirido como garantia constitucional ou infraconstitucional?	388
4. Direito adquirido e instituto jurídico ou estatuto jurídico	391
5. Direito adquirido, direito de propriedade e outros direitos reais	398
6. Graus de retroatividade e sua repercussão sobre o estatuto contratual.	399
6.1. Considerações gerais	399
6.2. Direito adquirido e leis monetárias.	405
7. Direito adquirido e recurso judicial	407
8. A doutrina do direito adquirido na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	409
9. Insuficiência da doutrina do direito adquirido e o princípio da segurança jurídica.	418
V DIREITOS FUNDAMENTAIS DE CARÁTER JUDICIAL E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO	422
<i>Gilmar Ferreira Mendes</i>	
1. Introdução	422
2. Proteção judicial efetiva	426
2.1. Considerações gerais	426
2.2. Âmbito de proteção	427
2.2.1. Duplo grau de jurisdição.	427
2.2.2. Duração razoável do processo	430
2.2.3. Publicidade do processo	434
2.2.4. Questões políticas	438
2.2.5. Juízo arbitral.	441
2.3. Titularidade	443
2.4. Conformação e limitação	444
2.4.1. Proibição de liminares e exigência de caução	447
2.4.2. Necessidade de motivação das decisões judiciais.	450
2.4.3. Substituição processual	451
2.4.4. Fórmulas de preclusão e outras exigências formais.	454
2.4.5. Justiça Desportiva	455

2.5.	<i>Habeas corpus</i>	455
2.5.1.	Considerações gerais	455
2.5.1.1.	O <i>habeas corpus</i> como formador de precedentes no STF: fixação de teses, modulação de efeitos e afetação ao Plenário	456
2.5.2.	Âmbito de proteção	459
2.5.2.1.	Considerações gerais	459
2.5.2.2.	Ilegalidade que não afeta direito de locomoção	464
2.5.2.3.	Punições disciplinares militares	466
2.5.2.4.	<i>Habeas corpus</i> contra decisão denegatória de liminar em <i>habeas corpus</i> e HC substitutivo de recurso ordinário	467
2.5.2.5.	A questão do empate no julgamento do <i>habeas corpus</i> e nas decisões colegiadas de natureza criminal	472
2.5.3.	Titularidade	475
2.5.3.1.	O caso do <i>habeas corpus</i> coletivo em favor das mulheres grávidas e mães presas	478
2.5.4.	Conformação e limitação	480
2.6.	Mandado de segurança	481
2.6.1.	Considerações gerais	481
2.6.2.	Âmbito de proteção	482
2.6.2.1.	Considerações preliminares	482
2.6.2.2.	Mandado de segurança coletivo	483
2.6.2.3.	Impetração por órgãos públicos	487
2.6.2.4.	Mandado de segurança contra tramitação de proposta de emenda constitucional ou projeto de lei	488
2.6.2.5.	Mandado de segurança contra lei em tese	489
2.6.3.	Titularidade	490
2.6.4.	Conformação e limitação	490
2.7.	Mandado de injunção	492
2.8.	<i>Habeas data</i>	493
2.8.1.	Considerações preliminares	493
2.8.2.	Âmbito de proteção	493
2.8.3.	Conformação e limitação	495
2.9.	Ação popular, ação civil pública, ADI, ADC, ADI por omissão e ADPF como instrumentos de proteção judicial	495
3.	Ampla defesa e contraditório	498
3.1.	Âmbito de proteção	499
3.1.1.	Processo penal	500
3.1.1.1.	Considerações preliminares	500
3.1.1.2.	Direito de defesa e investigação criminal	504
3.1.1.3.	Denúncia genérica	505
3.1.1.4.	<i>Emendatio libelli</i> e <i>mutatio libelli</i>	508
3.1.1.5.	Falta de apresentação de resposta à acusação e de razões finais pelo acusado	510

3.1.1.6.	Condenação com base exclusivamente em inquérito policial .	512
3.1.1.7.	Excesso de linguagem na pronúncia	513
3.1.1.8.	Leitura de peças em plenário	514
3.1.2.	Ampla defesa e contraditório nos processos administrativos em geral .	515
3.1.2.1.	Ampla defesa e contraditório nos procedimentos administrativos e questões de fato e de direito.	519
3.1.2.2.	Ampla defesa e contraditório no exame de aposentadoria ou pensões pelo TCU.	519
3.1.2.3.	Ampla defesa e contraditório nos processos de julgamento de contas dos Chefes do Poder Executivo	521
3.1.2.4.	Ampla defesa e contraditório no processo administrativo disciplinar.	521
3.1.2.5.	Direito de defesa nos processos disciplinares contra parlamentares	522
3.1.2.6.	Direito de defesa e <i>impeachment</i>	522
3.2.	Conformação e limitação	523
4.	Direito de petição	523
4.1.	Considerações gerais	523
4.2.	Âmbito de proteção.	524
4.2.1.	Conceito de petição	524
4.2.2.	Destinatários da petição	524
4.2.3.	Requisitos de admissibilidade	525
4.2.4.	Pretensão de ser informado	525
4.3.	Titularidade	526
4.4.	Conformação e limitação	527
5.	Direito ao juiz natural e proibição de Tribunais de Exceção	527
5.1.	Considerações gerais	527
5.1.1.	Imparcialidade e mecanismos de proteção	528
5.1.2.	O juízo de garantias no processo penal	529
5.2.	Âmbito de proteção.	531
5.2.1.	Considerações preliminares	531
5.2.2.	Prerrogativa de foro e o princípio do juiz natural.	532
5.2.3.	Crimes comuns conexos a crimes eleitorais e juiz natural	537
5.3.	Titularidade	538
5.4.	Conformação e limitação	538
5.5.	Instituição do Tribunal do Júri	539
5.5.1.	Considerações gerais.	539
5.5.2.	Âmbito de proteção.	540
5.5.3.	Conformação e limitação	541
6.	Garantias constitucionais quanto à definição do crime, à pena e sua execução	543
6.1.	Tipificação penal: parâmetros, limites e controle de constitucionalidade.	544
6.2.	Considerações sobre os crimes de perigo abstrato	549
6.3.	Princípios da legalidade e da anterioridade penal	551

6.3.1.	Considerações gerais	551
6.3.2.	Âmbito de proteção	551
6.3.2.1.	Considerações preliminares	551
6.3.2.2.	Determinabilidade do tipo penal e proibição de analogia	552
6.3.2.3.	Proibição de retroatividade da lei penal	556
6.3.2.3.1	Acordo de não persecução penal, expansão da justiça criminal negociada e aplicação para processos em curso	564
6.3.2.4.	Conformação e limitação	566
6.4.	Princípio da responsabilidade pessoal e responsabilidade patrimonial do agente e dos sucessores	567
6.4.1.	Considerações gerais	567
6.4.2.	Âmbito de proteção	567
6.4.3.	Conformação e limitação	568
6.5.	Tipos de penas e proibição de penas cruéis ou da pena de morte	568
6.5.1.	Considerações gerais	568
6.5.2.	Âmbito de proteção	569
6.6.	Individualização da pena e progressão do regime penal	572
6.6.1.	Considerações gerais	572
6.6.2.	Âmbito de proteção	576
6.6.2.1.	Considerações preliminares	576
6.6.2.2.	Direito à individualização da pena	580
6.6.3.	Conformação e limitação	580
7.	Da não extradição de brasileiro, da não extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião e de outras limitações ao processo extradicional	583
7.1.	Considerações gerais	583
7.2.	Âmbito de proteção	584
7.2.1.	Considerações preliminares: não extraditabilidade do brasileiro nato ou naturalizado	584
7.2.2.	Não extraditabilidade do estrangeiro por crime político ou de opinião	587
7.2.3.	Da não extradição em razão de extinção da punibilidade	593
7.3.	Titularidade	594
7.4.	Conformação e limitação	595
7.4.1.	Considerações preliminares	595
7.4.2.	Não extraditabilidade e ausência de observância dos parâmetros do devido processo legal	596
7.4.3.	A prisão preventiva para extradição	600
7.4.4.	Extradição e pena de morte ou prisão perpétua	602
8.	Presunção de não culpabilidade	603
8.1.	Considerações gerais	603
8.2.	Âmbito de proteção	605
8.2.1.	Considerações gerais	605
8.2.2.	Presunção de não culpabilidade e compatibilidade com o recolhimento à prisão para apelar e com a inadmissibilidade de liberdade provisória	606

8.2.3.	Presunção de não culpabilidade e pendência de recursos sem efeito suspensivo	611
8.2.4.	Presunção de não culpabilidade e maus antecedentes	614
8.2.5	Presunção de não culpabilidade, liberdade de locomoção, direito ao silêncio e condução coercitiva	615
8.2.6	Presunção de não culpabilidade, valoração racional, pronúncia e inadmissibilidade do <i>in dubio pro societate</i>	617
8.3.	Conformação e limitação	620
9.	A garantia do devido processo legal	621
9.1.	Considerações preliminares	621
9.2.	Da inadmissibilidade da prova ilícita no processo	623
9.2.1.	Considerações preliminares	623
9.2.2.	Âmbito de proteção	623
9.2.2.1.	Considerações preliminares	623
9.2.2.2.	Técnicas especiais de investigação	626
9.2.2.2.1.	Interceptações telefônicas e telemáticas	629
9.2.2.2.1.1.	Interceptações e encontro fortuito de provas	632
9.2.2.2.1.2.	Interceptações e juiz competente	634
9.2.2.2.1.3.	Interceptações e cadeia de custódia	636
9.2.2.2.2.	Privacidade e sigilo de dados	636
9.2.2.2.2.1.	Quebra de sigilo de dados	641
9.2.2.2.3.	Captações ambientais e monitoramento de espaços privados	648
9.2.2.2.4.	Novas tecnologias e a Constituição	652
9.2.2.2.5.	Colaboração premiada	654
9.2.2.2.6.	Ação controlada	662
9.2.2.2.7.	Infiltração de agentes policiais	662
9.2.2.3.	Da inviolabilidade de domicílio e da busca e apreensão	664
9.3.	Das garantias constitucionais quanto à prisão	669
9.3.1.	Considerações gerais	669
9.3.2.	Prisão em flagrante, prisão preventiva, prisão temporária, medidas cautelares diversas da prisão e liberdade provisória	669
9.3.2.1.	Prisão em flagrante	670
9.3.2.2.	Prisão preventiva	676
9.3.2.2.1.	Requisitos e prazos para prisão preventiva	681
9.3.2.3.	Prisão temporária	682
9.3.2.4.	Medidas cautelares diversas da prisão	682
9.3.2.5.	Liberdade provisória	684
9.3.3.	Do dever de comunicação da prisão e do local, onde se encontre o preso, ao juiz competente e à família ou pessoa por ele indicada, informação dos direitos do preso, inclusive o direito ao silêncio, direito à assistência da família e de advogado, direito à identificação dos responsáveis pela prisão ou pelo interrogatório policial	688

9.3.3.1.	Considerações gerais	688
9.3.3.2.	Da comunicação imediata ao juiz competente e aos familiares do preso do local onde se encontra	688
9.3.3.2.1.	Âmbito de proteção	688
9.3.3.2.2.	Direito de assistência da família e do advogado	692
9.3.3.3.	Do direito de permanecer em silêncio	692
9.3.3.3.1.	Considerações gerais	692
9.3.3.3.2.	Âmbito de proteção	693
9.3.3.3.3.	Direito ao silêncio nas Comissões Parlamentares de Inquérito e nos processos disciplinares	696
9.3.3.3.3.1.	Direito ao silêncio no âmbito do Código de Trânsito Brasileiro	697
9.3.3.3.3.2.	Conformação e limitação	698
9.3.4.	Direito de identificação dos responsáveis pela prisão ou pelo interrogatório policial	698
9.3.5.	Regime da prisão sob estado de defesa e estado de sítio	698
9.4.	Proibição da prisão civil por dívida	699
9.4.1.	Considerações preliminares	699
9.4.2.	Âmbito de proteção	700
9.4.3.	Conformação e limitação	700
9.4.3.1.	Prisão civil do alimentante	700
9.4.3.2.	Prisão civil do depositário infiel	703
9.4.4.	Prisão civil do depositário infiel em face dos tratados internacionais de direitos humanos	710
9.5	A proibição de dupla persecução penal e o <i>ne bis in idem</i>	726
CAPÍTULO 5 DIREITOS SOCIAIS		729
<i>Gilmar Ferreira Mendes</i>		
1.	Considerações preliminares	729
2.	Funções dos direitos fundamentais e consequências no âmbito dos direitos sociais	732
2.1.	Significados para os direitos fundamentais	732
2.2.	Direitos fundamentais enquanto direitos de defesa	733
2.3.	Direitos fundamentais enquanto normas de proteção de institutos jurídicos	734
2.4.	Direitos fundamentais enquanto garantias positivas do exercício das liberdades	735
2.4.1.	Direitos às prestações positivas	736
2.4.2.	Direito à organização e ao procedimento	737
2.5.	Direitos fundamentais, dever de proteção e proibição de proteção insuficiente	738
2.6.	Reserva do possível e mínimo existencial	740
2.7.	Proibição de retrocesso e limites do sacrifício	743
2.7.1.	Pandemia mundial pela Covid-19	746
3.	Direitos sociais na Constituição de 1988 e jurisprudência do STF	748
3.1.	Direitos do trabalhador	748
3.2.	O direito à educação	754

3.3. Direito à alimentação	762
3.4. Direito à moradia	764
3.5. Saúde, previdência e assistência social	766
3.5.1. O direito à saúde	767
3.5.1.1. O direito à saúde – âmbito de proteção.	767
3.5.1.2. O Sistema Único de Saúde – considerações gerais	769
3.5.1.3. A judicialização do direito à saúde.	775
3.5.1.4. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	778
3.5.2. Previdência social.	786
3.5.2.1. Contribuição previdenciária dos inativos	787
3.5.2.2. Benefício da pensão por morte e indicação de fonte de custeio	791
3.5.2.3. Desaposentação.	794
3.5.3. Assistência social	795
3.5.3.1. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)	796
3.5.3.2. A constitucionalidade do art. 20, § 3º, da LOAS: a ADI 1.232	796
3.5.3.3. A revisão da decisão da ADI 1.232 na Rcl 4.374	799
3.5.3.4. Processo de inconstitucionalização e adoção de novos critérios	801
3.6. Da proteção da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso	803
4. Notas conclusivas.	806
CAPÍTULO 6 DIREITO DE NACIONALIDADE E REGIME JURÍDICO DO ESTRANGEIRO	809
<i>Gilmar Ferreira Mendes</i>	
1. Considerações gerais	809
2. Nacionalidade brasileira	810
2.1. Considerações preliminares	810
2.2. Brasileiros natos	810
2.3. Brasileiros naturalizados	813
2.4. Distinção entre brasileiro nato e naturalizado.	813
2.5. Perda da nacionalidade brasileira	814
3. O Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses	815
4. Regime jurídico do estrangeiro	816
4.1. Considerações preliminares	816
4.2. Exclusão do estrangeiro do território nacional	817
4.3. Asilo político: territorial e diplomático.	820
4.4. A situação de refugiado.	821
4.5. Exceção doutrinária e jurisdicional: o caso Cesare Battisti	823
CAPÍTULO 7 OS DIREITOS POLÍTICOS NA CONSTITUIÇÃO	827
<i>Gilmar Ferreira Mendes</i>	
1. Introdução	827
2. Âmbito de proteção.	827
2.1. Direito ao sufrágio.	827
2.2. Voto direto, livre, secreto, periódico e igual.	830

2.3. Igualdade de voto e sistemas eleitorais	835
2.3.1. Considerações gerais	835
2.3.2. O sistema proporcional brasileiro	837
2.4. Plebiscito, referendo e iniciativa popular	849
2.5. Condições de elegibilidade	851
2.6. Inelegibilidades	854
2.7. Reeleição	859
3. Restrição ou limitação de direitos políticos: perda e suspensão de direitos políticos	863
3.1. Perda de direitos políticos	864
3.2. A suspensão dos direitos políticos	864
4. Dos partidos políticos	869
4.1. Considerações preliminares	869
4.2. Autonomia, liberdade partidária, democracia interna e fidelidade partidária	872
4.2.1. Noções gerais	872
4.2.2. Fidelidade partidária e extinção do mandato	875
4.3. Igualdade de “chances” entre os partidos políticos	882
4.4. Financiamento dos partidos	893
4.5. Acesso ao rádio e à televisão	898
4.6. O problema das coligações partidárias no sistema proporcional	903
5. O princípio da anualidade da lei eleitoral e o devido processo legal eleitoral	916
6. Mudanças na jurisprudência eleitoral e segurança jurídica	927
7. A pandemia do coronavírus e as eleições municipais de 2020	932
CAPÍTULO 8 ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	933
I ESTADO FEDERAL	933
<i>Paulo Gustavo Gonet Branco</i>	
1. Notícia de história	933
2. Características básicas do Estado Federal	934
2.1. Soberania e autonomia	934
2.2. Existência de uma Constituição Federal	934
2.3. Repartição de competências previstas constitucionalmente	935
2.4. Participação dos Estados-membros na vontade federal	937
2.5. Inexistência de direito de secessão	937
2.6. Conflitos: o papel da Suprema Corte e a intervenção federal	938
3. Conceito abrangente de Estado Federal	938
4. Por que os Estados assumem a forma federal?	938
5. O Estado Federal brasileiro	939
5.1. A União	939
5.1.1. Intervenção federal	939
5.1.1.1. Entes passíveis de intervenção federal	942
5.1.1.2. Procedimento	943
6. Os Estados-membros	945

6.1. Poder constituinte dos Estados-membros	947
6.2. Auto-organização do Estado-membro e processo legislativo	948
6.3. Separação de Poderes e princípio da simetria	950
6.4. Limitação relativa a competência legislativa reservada da União	955
6.5. Região metropolitana	955
7. Os municípios	956
8. O Distrito Federal	958
9. Territórios	959
10. A repartição de competências na Constituição de 1988	959
10.1. Competência geral da União	960
10.2. Competência de legislação privativa da União	960
10.3. Competência relativa aos poderes reservados dos Estados	962
10.4. Competência comum material da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios (competências concorrentes administrativas)	962
10.5. Competência legislativa concorrente	964
10.6. Competências dos Municípios	965
11. Inexistência de hierarquia entre lei federal e estadual	967
12. Competência privativa ou exclusiva?	967
13. Conflitos jurídicos no Estado Federal brasileiro	968
II ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	970
<i>Gilmar Ferreira Mendes</i>	
1. Introdução	970
2. Princípios da administração pública	973
2.1. Princípio da legalidade	973
2.2. Princípio da reserva legal	980
2.3. Princípio da segurança jurídica	982
2.4. Princípio da impessoalidade	985
2.5. Princípio da moralidade	986
2.6. Princípio da publicidade	988
2.7. Princípio da eficiência	991
3. Responsabilidade civil do Estado	993
4. O Supremo Tribunal Federal e o terceiro setor	1003
4.1. Administração pública, organizações sociais e OSCIPs	1003
4.1.1. As Organizações Sociais no contexto da Reforma do Estado no Brasil	1005
4.1.2. As Organizações Sociais no contexto do Programa Nacional de Publi- cização – PNP da Reforma do Aparelho do Estado: a transferência ao setor público não estatal da prestação de serviços não exclusivos do Estado	1006
4.1.3. A Lei das Organizações Sociais (Lei n. 9.637/98)	1007
4.1.4. A implementação do modelo de Organizações Sociais pelos Estados- -membros	1010
4.1.5. A experiência da Associação das Pioneiras Sociais – APS – A Rede Sarah de Hospitais do Aparelho Locomotor	1010

5.2.	Lei ordinária e lei complementar	1051
5.3.	Medidas provisórias	1052
5.3.1.	Notícia de história	1052
5.3.2.	As medidas provisórias na Constituição Federal de 1988. Natureza jurídica	1053
5.3.3.	Efeitos.	1053
5.3.4.	Conceito de medida provisória	1053
5.3.5.	Pressupostos da medida provisória	1053
5.3.6.	Apreciação dos pressupostos da urgência e da relevância	1054
5.3.7.	Medida provisória. O conteúdo possível. Histórico legislativo.	1055
5.3.8.	As limitações de conteúdo à medida provisória.	1056
5.3.8.1.	Direito político	1056
5.3.8.2.	Medida provisória e organização do Ministério Público e do Judiciário	1056
5.3.8.3.	Medida provisória e leis orçamentárias	1056
5.3.8.4.	Medida provisória e matéria de lei complementar	1057
5.3.8.5.	Direito processual e direito penal	1058
5.3.8.6.	Medida provisória e confisco de poupança	1058
5.3.8.7.	Medida provisória e projeto de lei já aprovado pelo Congresso Nacional.	1058
5.3.8.8.	Medida provisória e instituição ou majoração de impostos	1059
5.3.8.9.	Medida provisória e matéria da iniciativa legislativa exclusiva de outro Poder ou da competência exclusiva ou privativa do Congresso ou das suas Casas	1060
5.3.8.10.	Reedição de medida provisória e medida provisória sobre matéria objeto de projeto de lei rejeitado	1060
6.	Medida provisória – conversão em lei ou rejeição. A medida provisória no Congresso Nacional	1062
6.1.	O prazo para apreciação da medida provisória	1063
6.2.	Aprovação total da medida provisória	1064
6.3.	Aprovação da medida provisória com emendas	1065
6.4.	Não conversão da medida provisória em lei	1066
7.	Outras questões em torno das medidas provisórias	1067
7.1.	Medida provisória que declara a inconstitucionalidade de outra	1067
7.2.	Medidas provisórias editadas e em vigor antes da EC n. 32/2001	1068
7.3.	Eficácia da medida provisória reeditada no regime anterior à EC n. 32/2001.	1068
7.4.	Possibilidade de os Estados e o Distrito Federal editarem medidas provisórias	1069
8.	Estatuto do congressista	1069
8.1.	Prerrogativa de foro.	1072
8.2.	Perda do mandato	1072
8.3.	Deputados estaduais e distritais	1073
8.4.	Vereadores	1074

II PODER EXECUTIVO	1075
<i>Gilmar Ferreira Mendes</i>	
1. Eleição e mandato do Presidente da República	1076
2. Reeleição do Presidente da República	1077
3. Vice-Presidente da República, substituição e vacância	1078
4. Ordem de sucessão e vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República	1080
5. Ministros de Estado	1081
5.1. Considerações gerais	1081
5.2. Requisitos especiais para o exercício de determinados cargos e sua compatibilidade com o cargo de Ministro de Estado	1082
5.3. Exercício de cargo de Ministro de Estado por parlamentar e quebra de decoro	1084
6. Atribuições do Presidente da República	1084
6.1. Direção da Administração Federal	1084
6.1.1. Expedição de regulamento	1085
6.1.2. Regulamento “autorizado”	1087
6.1.3. Decretos autônomos	1089
6.2. Relação com o Congresso Nacional e atuação no processo legislativo	1090
6.2.1. Considerações preliminares	1090
6.2.2. Edição de medidas provisórias	1091
6.2.3. Sanção, veto, promulgação e publicação	1093
6.2.4. Convocação extraordinária do Congresso Nacional	1094
6.2.5. Atribuições no plano das relações internacionais	1094
6.3. Atribuições concernentes à segurança interna, preservação da ordem institucional e da harmonia das relações federativas	1095
6.4. Nomeação de juizes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores	1096
7. Responsabilidade do Presidente da República, imunidades e prerrogativas	1096
7.1. Considerações preliminares	1096
7.2. Crimes de responsabilidade: conceito e extensão	1097
7.3. Procedimento	1098
7.4. Renúncia ao mandato no processo de crime de responsabilidade	1101
7.5. Processo contra o Presidente da República por crime comum	1102
8. Do Conselho da República	1104
9. Do Conselho de Defesa	1104
III PODER JUDICIÁRIO	1106
<i>Gilmar Ferreira Mendes</i>	
1. Introdução	1106
2. Organização do Poder Judiciário	1108
2.1. Estrutura	1108
2.2. Quinto constitucional	1110
2.3. Órgão especial	1113
2.4. Funcionamento dos órgãos judiciários	1114

2.4.1.	Autonomia administrativa e financeira	1114
2.4.1.1.	Autonomia administrativa	1114
2.4.1.2.	Autonomia financeira	1115
2.4.2.	Custas e emolumentos	1116
2.4.3.	Precatórios	1116
2.4.4.	Celeridade na prestação jurisdicional	1120
2.4.5.	Fundamentação das decisões	1121
2.4.6.	Publicidade dos atos judiciais	1124
3.	Órgãos do Poder Judiciário: composição e competência	1126
3.1.	Supremo Tribunal Federal	1126
3.1.1.	Considerações gerais	1126
3.1.2.	Competência do Supremo Tribunal Federal	1136
3.1.2.1.	Considerações gerais	1136
3.1.2.2.	Competências implícitas	1141
3.1.3.	O Supremo Tribunal Federal e a modernização da prestação jurisdicional	1142
3.1.3.1.	Considerações preliminares acerca do recurso extraordinário	1142
3.1.3.2.	O processo de objetivação do recurso extraordinário	1144
3.1.4.	O Supremo Tribunal Federal e as súmulas vinculantes	1147
3.1.4.1.	Considerações gerais	1147
3.1.4.2.	Requisitos formais da súmula vinculante, revisão e cancelamento	1148
3.1.4.3.	Obrigatoriedade e limites objetivos e subjetivos da súmula vinculante	1150
3.1.4.4.	Súmula vinculante e reclamação constitucional	1151
3.1.4.5.	O Plenário Virtual	1152
3.2.	Superior Tribunal de Justiça	1154
3.2.1.	Considerações gerais	1154
3.2.2.	Competência	1155
3.2.3.	Competência recursal do Superior Tribunal de Justiça	1156
3.3.	Tribunal Superior Eleitoral e Justiça Eleitoral	1159
3.3.1.	Considerações preliminares	1159
3.3.2.	Competência	1160
3.4.	Tribunal Superior do Trabalho e Justiça do Trabalho	1165
3.4.1.	Considerações preliminares	1165
3.4.2.	Tribunais Regionais do Trabalho e juízes do trabalho	1166
3.4.3.	Competência da Justiça do Trabalho	1167
3.5.	Superior Tribunal Militar e Justiça Militar	1167
3.6.	Tribunais Regionais Federais e juízes federais	1172
3.6.1.	Competência dos juízes federais	1173
3.6.2.	Competência dos Tribunais Regionais Federais	1177
3.7.	Tribunais de Justiça estaduais, juízes estaduais e Justiça Militar estadual	1178
3.8.	Juizados Especiais e Turmas Recursais	1179
3.9.	Conselho Nacional de Justiça	1181
3.9.1.	Considerações preliminares	1181

3.9.2. Constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça	1183
3.9.3. Composição	1183
3.9.4. Competência	1185
3.9.5. Conselho Nacional de Justiça e Supremo Tribunal Federal	1187
4. Regime Jurídico da Magistratura	1188
4.1. Ingresso na carreira	1189
4.2. Promoções	1192
4.3. Remuneração	1193
4.4. Aposentadoria	1195
4.5. Residência na comarca.	1196
4.6. Remoção, disponibilidade e aposentadoria por interesse público	1196
4.7. Garantias funcionais	1197
4.8. Vedações	1197
IV MINISTÉRIO PÚBLICO, ADVOCACIA E DEFENSORIA PÚBLICA – FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	1200
<i>Paulo Gustavo Conet Branco</i>	
1. Ministério Público	1200
1.1. Notícias de história	1200
1.2. Característica básica do Ministério Público	1202
1.2.1. Princípios institucionais.	1202
1.3. Garantias e vedações	1204
1.4. A organização do Ministério Público	1205
1.4.1. O Ministério Público estadual.	1206
1.4.2. O Ministério Público da União	1206
1.5. Competências do Ministério Público	1207
2. Outras funções essenciais à Justiça	1209
2.1. Advocacia	1209
2.2. Advocacia Pública	1210
2.3. Defensoria Pública	1212
CAPÍTULO 10 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	1217
<i>Gilmar Ferreira Mendes</i>	
I CONSTITUCIONALIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE, DEFESA DA CONSTITUIÇÃO, TIPOS DE INCONSTITUCIONALIDADE E TÓPICOS ESPECIAIS EM CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	1217
1. Considerações preliminares	1217
2. Constitucionalidade e inconstitucionalidade	1219
3. Defesa e proteção da Constituição	1222
3.1. Considerações preliminares	1222
3.2. Notas sobre os modelos jurisdicionais de controle de constitucionalidade	1224
3.2.1. Digressões acerca da abertura ao direito internacional	1227
3.2.1.1. Controle de convencionalidade	1231
3.3. Os diferentes tipos de inconstitucionalidade	1237

3.3.1.	Considerações preliminares	1237
3.3.2.	Inconstitucionalidade formal e inconstitucionalidade material	1238
3.3.2.1.	Inconstitucionalidade formal	1238
3.3.2.2.	Inconstitucionalidade material	1239
3.3.3.	Inconstitucionalidade originária e superveniente	1241
3.3.3.1.	Considerações preliminares	1241
3.3.3.2.	Vício formal: inconstitucionalidade originária	1246
3.3.3.3.	Configuração da inconstitucionalidade e mudança nas relações fáticas ou jurídicas	1248
3.3.4.	Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão	1250
3.3.5.	Inconstitucionalidade de normas constitucionais	1252
3.3.5.1.	O controle de constitucionalidade da reforma constitucional e as “cláusulas pétreas”	1252
3.3.5.2.	Limites imanentes ao poder constituinte	1255
4.	Tópicos especiais em controle de constitucionalidade	1257
4.1.	Apreciação e revisão de fatos e prognoses legislativos	1257
4.1.1.	Considerações gerais	1257
4.1.2.	Análise dos fatos legislativos em matéria penal	1264
4.1.3.	Análise de fatos e prognoses legislativos pelo Supremo Tribunal Federal	1271
4.2.	O Poder Executivo e o Poder Legislativo no controle de constitucionalidade das leis	1274
4.2.1.	Considerações preliminares	1274
4.2.2.	O poder de veto sob o argumento da inconstitucionalidade do projeto de lei	1275
4.2.3.	A sustação de atos de delegação e dos atos regulamentares pelo Poder Legislativo	1276
4.2.4.	A “correção” de decisões judiciais pelo Poder Legislativo	1278
4.2.5.	Controle de constitucionalidade direto e a inexecução da lei pelo Executivo	1281
4.2.6.	Sobre a possibilidade de anulação da lei inconstitucional pelo Poder Legislativo	1283
4.3.	O controle de constitucionalidade exercido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).	1283
4.4.	Controle de constitucionalidade e direitos digitais	1287
II	EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO DIREITO BRASILEIRO.	1291
1.	Introdução	1291
2.	Considerações preliminares: a Constituição Imperial	1291
3.	O controle de constitucionalidade na Constituição de 1891	1292
4.	A Constituição de 1934 e o controle de constitucionalidade	1296
5.	O controle de constitucionalidade na Constituição de 1937	1297
6.	A Constituição de 1946 e o sistema de controle de constitucionalidade	1299
6.1.	A representação interventiva	1299

6.2.	A Emenda n. 16, de 1965, e o controle de constitucionalidade abstrato	1301
7.	O controle de constitucionalidade na Constituição de 1967/69.	1303
7.1.	Considerações sobre o papel do Procurador-Geral da República no controle abstrato de normas sob a Constituição de 1967/69: proposta de reeleitura	1304
7.2.	O caráter dúplice ou ambivalente da representação de inconstitucionalidade	1305
8.	O controle de constitucionalidade na Constituição de 1988.	1309
8.1.	Considerações preliminares	1309
8.2.	Criação e desenvolvimento da ação declaratória de constitucionalidade	1313
8.3.	Desenvolvimento da arguição de descumprimento de preceito fundamental	1314
8.3.1.	Considerações preliminares	1314
8.3.2.	Incidente de inconstitucionalidade e arguição de descumprimento	1316
8.4.	O desenvolvimento da ação direta de inconstitucionalidade por omissão e do mandado de injunção	1318
8.5.	Representação interventiva: ressurgimento e ressignificação.	1319
III	CONTROLE INCIDENTAL OU CONCRETO.	1321
1.	Introdução	1321
2.	Pressupostos de admissibilidade do controle incidental	1325
2.1.	Requisitos subjetivos	1325
2.2.	Requisitos objetivos	1326
2.3.	Participação de <i>amicus curiae</i> , do Ministério Público e de outros interessados no incidente de inconstitucionalidade perante os tribunais	1332
2.4.	Controle de constitucionalidade de lei tendo como parâmetro a Constituição em face da qual foi editada	1334
2.5.	Controle de legitimidade do direito pré-constitucional: recepção ou revogação	1334
3.	O controle incidental de normas no Supremo Tribunal Federal	1335
3.1.	Considerações preliminares	1335
3.2.	Os meios de acesso à Jurisdição Constitucional difusa do Supremo Tribunal Federal	1336
3.3.	Aspectos relevantes do recurso extraordinário e da repercussão geral	1338
3.3.1.	O recurso extraordinário e a causa de pedir aberta.	1341
3.4.	O papel do Senado Federal em caso de declaração de inconstitucionalidade incidental	1343
3.4.1.	A suspensão pelo Senado Federal da execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na Constituição de 1988	1346
3.4.2.	A repercussão da declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Supremo Tribunal sobre as decisões de outros tribunais	1348
3.4.3.	A suspensão de execução da lei pelo Senado e mutação constitucional	1349
4.	Peculiaridades do controle incidental na Constituição de 1988	1358
4.1.	Considerações preliminares	1358
4.2.	A ação civil pública como instrumento de controle de constitucionalidade	1359
4.3.	O controle incidental e a aplicação do art. 27 da Lei n. 9.868/99.	1362
4.4.	O controle de constitucionalidade incidental realizado por órgãos não jurisdicionais	1367

IV AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	1372
1. Considerações preliminares	1372
2. Pressupostos de admissibilidade da ação direta de inconstitucionalidade	1373
2.1. Legitimação para agir e capacidade postulatória	1373
2.1.1. Legitimação de confederação sindical e entidade de classe de âmbito nacional	1374
2.1.2. Pertinência temática	1378
2.1.3. Governador de Estado/ Assembleia Legislativa e relação de pertinência	1379
2.1.4. Direito de propositura dos partidos políticos	1379
2.2. Objeto da ação direta de inconstitucionalidade	1380
2.2.1. Leis e atos normativos federais	1382
2.2.2. Leis e atos normativos estaduais	1385
2.2.3. Leis e atos normativos distritais	1386
2.2.4. Atos legislativos de efeito concreto	1386
2.2.5. Direito pré-constitucional	1389
2.2.6. Projeto de lei e lei aprovada mas ainda não promulgada	1390
2.2.7. Ato normativo revogado	1390
2.2.8. A problemática dos tratados	1391
2.2.9. Lei estadual e concorrência de parâmetros de controle	1393
2.3. Parâmetro de controle	1394
2.4. Procedimento	1396
2.4.1. Requisitos da petição inicial e admissibilidade da ação	1396
2.4.2. Intervenção de terceiros e <i>amicus curiae</i>	1397
2.4.3. Informações das autoridades das quais emanou o ato normativo e manifestações do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República	1398
2.4.4. Apuração de questões fáticas no controle de constitucionalidade	1399
2.4.5. Medida cautelar	1400
3. Decisão	1403
V AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE	1405
1. Criação da ação declaratória de constitucionalidade	1405
2. Legitimidade para propositura da ação declaratória	1406
2.1. Considerações preliminares	1406
2.2. Demonstração da existência de controvérsia judicial na ação declaratória de constitucionalidade	1407
3. Objeto	1409
4. Parâmetro de controle	1409
5. Procedimento	1409
5.1. Considerações preliminares	1409
5.2. Requisitos da petição inicial e admissibilidade da ação	1410
5.3. Intervenção de terceiros e <i>amicus curiae</i>	1411
5.4. Apuração de questões fáticas no controle de constitucionalidade	1413

6. Medida cautelar	1413
7. Decisão	1414
VI A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO	1415
1. Introdução	1415
2. Pressupostos de admissibilidade da ação direta de Inconstitucionalidade por omissão	1418
2.1. Considerações preliminares	1418
2.2. Legitimação para agir	1419
3. Objeto da ação direta de inconstitucionalidade por omissão	1420
3.1. Considerações preliminares	1420
3.2. Omissão legislativa	1421
3.2.1. Considerações preliminares	1421
3.2.2. A omissão parcial	1424
3.2.3. Casos relevantes de omissão legislativa na jurisprudência do STF.	1426
3.3. Omissão de providência de índole administrativa	1429
3.3.1. Exercício de poder regulamentar	1429
3.3.2. Omissão de medidas ou atos administrativos	1429
4. Procedimento	1430
4.1. Considerações gerais	1430
4.2. Cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão	1432
4.2.1. Considerações gerais	1432
4.2.2. Procedimento da cautelar na ADO	1434
5. A decisão na ação direta de inconstitucionalidade por omissão	1435
5.1. Procedimento de tomada da decisão	1438
5.2. Suspensão de aplicação da norma eivada de inconstitucionalidade por omissão parcial e/ou aplicação excepcional	1438
5.3. Suspensão dos processos	1441
VII MANDADO DE INJUNÇÃO	1442
1. Considerações gerais	1442
2. Noções preliminares	1442
3. O mandado de injunção na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	1445
4. O direito de greve do servidor e a viragem da jurisprudência	1452
VIII A REPRESENTAÇÃO INTERVENTIVA	1462
1. Introdução	1462
2. Pressupostos de admissibilidade da representação interventiva	1464
2.1. Considerações preliminares	1464
2.2. Legitimação ativa <i>ad causam</i>	1465
2.3. Objeto da controvérsia	1466
2.3.1. Considerações preliminares	1466
2.3.2. Representação interventiva e atos concretos	1468
2.3.3. Representação interventiva e recusa à execução de lei federal	1469

2.4. Parâmetro de controle.	1470
3. Procedimento.	1474
3.1. Considerações preliminares	1474
3.2. Procedimento da representação interventiva.	1475
3.3. Cautelar na representação interventiva	1475
4. Decisão.	1477
IX ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL	1480
1. Introdução	1480
1.1. Origens da lei sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental.	1480
1.2. A controvérsia sobre a constitucionalidade da Lei n. 9.882/99	1482
1.3. Incidente de inconstitucionalidade e arguição de descumprimento.	1483
1.4. Características processuais: caráter principal ou incidental	1485
1.5. A arguição de descumprimento de preceito fundamental na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.	1485
2. Legitimidade para arguir o descumprimento de preceito fundamental	1487
2.1. Considerações preliminares	1487
2.1.1. Capacidade postulatória	1489
2.2. Legitimação ativa.	1489
2.3. Controvérsia judicial ou jurídica nas ações de caráter incidental	1490
2.4. Inexistência de outro meio eficaz: princípio da subsidiariedade.	1491
3. Objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental	1497
3.1. Considerações preliminares	1497
3.2. Direito pré-constitucional	1498
3.3. Lei pré-constitucional e alteração de regra constitucional de competência legislativa	1498
3.4. O controle direto de constitucionalidade do direito municipal em face da Constituição Federal	1499
3.5. Pedido de declaração de constitucionalidade (ação declaratória) do direito estadual e municipal e arguição de descumprimento	1500
3.6. A lesão a preceito decorrente de mera interpretação judicial.	1501
3.7. Contrariedade à Constituição decorrente de decisão judicial sem base legal (ou fundada em falsa base legal)	1503
3.8. Omissão legislativa no processo de controle abstrato de normas e na arguição de descumprimento de preceito fundamental.	1505
3.9. O controle do ato regulamentar	1506
3.10. Norma revogada	1506
3.11. Veto do chefe do Poder Executivo	1507
3.12. Proposta de emenda à Constituição	1509
3.13. Tratado internacional antes da aprovação pelo Congresso Nacional ou antes de sua integração definitiva à ordem jurídica interna	1510
4. Parâmetro de controle.	1512
4.1. Considerações preliminares	1512

4.2. Preceito fundamental e princípio da legalidade: a lesão a preceito fundamental decorrente de ato regulamentar	1514
5. Procedimento.	1517
5.1. Requisitos da petição inicial e admissibilidade das ações	1517
5.1.1. Indicação de preceito fundamental e formulação do pedido	1517
5.1.2. Configuração de controvérsia judicial e controvérsia jurídica	1517
5.2. Informações e manifestações do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República	1518
5.3. Intervenção de terceiros e <i>amicus curiae</i>	1518
5.4. Apuração de questões fáticas e densificação de informações na ação de descumprimento de preceito fundamental.	1519
5.5. Celebração de acordo em ADPF.	1520
6. Medida cautelar	1520
6.1. Medida cautelar (art. 5º)	1520
6.2. Desenvolvimento histórico da cautelar no controle de normas.	1520
6.3. Do cabimento de cautelar em ação direta de inconstitucionalidade e em ação declaratória de constitucionalidade	1522
6.4. A cautelar na ADPF	1524
6.4.1. Cautelar e audiência da autoridade responsável pela edição do ato.	1525
6.4.2. Cautelar: suspensão do ato impugnado, suspensão de processos e da eficácia de decisões	1525
6.4.3. Cautelar e prazo.	1526
7. As decisões do Supremo Tribunal Federal na arguição de descumprimento	1526
7.1. Procedimento de tomada de decisões	1526
7.2. Técnicas de decisão, efeitos da declaração de inconstitucionalidade, segurança e estabilidade das decisões.	1527
X AS DECISÕES NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DE NORMAS E SEUS EFEITOS.	1529
1. Introdução	1529
2. A declaração de nulidade da lei.	1529
2.1. Considerações preliminares	1529
2.2. Declaração de nulidade total.	1530
2.2.1. Declaração de nulidade total como expressão de unidade técnico-legislativa.	1530
2.2.2. Declaração de nulidade total em virtude da dependência ou interdependência entre as partes constitucionais e inconstitucionais da lei	1531
3. Declaração de nulidade parcial.	1532
4. Declaração de nulidade parcial sem redução de texto.	1532
5. A interpretação conforme a Constituição	1535
5.1. Introdução	1535
5.2. Qualificação da interpretação conforme a Constituição.	1535
5.3. Admissibilidade e limites da interpretação conforme a Constituição	1538

6. Decisões manipulativas de efeitos aditivos	1540
7. A declaração de constitucionalidade das leis e a “lei ainda constitucional”	1543
8. A declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia da nulidade e a declaração de inconstitucionalidade de caráter restritivo ou limitativo	1545
8.1. Introdução	1545
8.2. As decisões proferidas no mandado de injunção e na ação direta de inconstitucionalidade por omissão	1546
8.3. Reflexões conceituais	1548
8.3.1. Considerações preliminares	1548
8.4. Aplicação da lei inconstitucional.	1551
8.5. A declaração de inconstitucionalidade de caráter limitativo ou restritivo	1552
8.5.1. Considerações preliminares	1552
8.5.2. A declaração de inconstitucionalidade restritiva, sua repercussão sobre as decisões proferidas nos casos concretos e admissão da limitação de efeitos no sistema difuso	1554
XI SEGURANÇA E ESTABILIDADE DAS DECISÕES EM CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE E A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL	1557
1. Considerações preliminares	1557
2. Eficácia <i>erga omnes</i> e declaração de constitucionalidade	1557
3. Limites objetivos da eficácia <i>erga omnes</i> : a declaração de constitucionalidade da norma e a reapreciação da questão pelo STF	1559
4. Eficácia <i>erga omnes</i> na declaração de inconstitucionalidade proferida em ação declaratória de constitucionalidade ou em ação direta de inconstitucionalidade	1561
5. A eficácia <i>erga omnes</i> da declaração de nulidade e os atos singulares praticados com base no ato normativo declarado inconstitucional	1562
6. A eficácia <i>erga omnes</i> da declaração de inconstitucionalidade e a superveniência de lei de teor idêntico	1563
7. Conceito de efeito vinculante	1563
7.1. Limites objetivos do efeito vinculante	1565
7.2. Limites subjetivos.	1568
7.3. Efeito vinculante da cautelar em ação declaratória de constitucionalidade.	1569
7.4. Efeito vinculante da decisão concessiva de cautelar em ação direta de inconstitucionalidade	1570
7.5. Efeito vinculante de decisão indeferitória de cautelar em ação direta de inconstitucionalidade	1571
7.6. Efeito vinculante de decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade	1572
8. Eficácia <i>erga omnes</i> , efeito vinculante da decisão e reclamação.	1573
8.1. Considerações preliminares	1573
8.2. Objeto da reclamação	1576
8.2.1. A reclamação para assegurar a autoridade das decisões do Supremo Tribunal – considerações gerais	1576

8.2.2. A reclamação para assegurar o cumprimento de decisão de mérito em ação direta de inconstitucionalidade e em ação declaratória de constitucionalidade	1577
8.2.3. Cabimento da reclamação para preservar a autoridade de decisão do Supremo Tribunal Federal em cautelar concedida em ação direta de inconstitucionalidade e em ação declaratória de constitucionalidade	1580
8.2.4. Decisão em mandado de injunção e reclamação constitucional	1581
8.3. Decisão em arguição de descumprimento de preceito fundamental e reclamação	1582
8.4. Decisão em repercussão geral e reclamação	1585
9. Procedimento: linhas gerais	1585
XII O CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE DO DIREITO ESTADUAL E DO DIREITO MUNICIPAL	1587
1. Considerações preliminares	1587
2. Controle do direito estadual e municipal na Constituição de 1988 e a coexistência de jurisdições constitucionais estaduais e federal	1588
3. Concorrência de parâmetros de controle	1595
4. Parâmetro de controle estadual e questão constitucional federal	1597
4.1. Considerações preliminares	1597
4.2. Recurso extraordinário e norma de reprodução obrigatória	1598
5. Ação declaratória de constitucionalidade no âmbito estadual	1600
6. A arguição de descumprimento de preceito fundamental e o controle de atos municipais em face da Constituição Federal	1601
6.1. Considerações gerais	1601
7. O controle da omissão legislativa no plano estadual	1602
8. O controle de constitucionalidade no âmbito do Distrito Federal	1605
8.1. Considerações preliminares	1605
8.2. A possibilidade de instituição de ação direta no âmbito do Distrito Federal	1607
9. Eficácia <i>erga omnes</i> das decisões proferidas em sede de controle abstrato no âmbito estadual	1609
9.1. Considerações preliminares	1609
CAPÍTULO 11 TRIBUTAÇÃO, FINANÇAS PÚBLICAS E CONTROLE DA ATIVIDADE FINANCEIRA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	1613
<i>Gilmar Ferreira Mendes</i>	
1. A Constituição, as finanças e os tributos	1613
2. O tributo na Constituição de 1988	1615
3. O poder de tributar e seus limites: direitos fundamentais dos contribuintes	1616
3.1. Legalidade	1616
3.2. Capacidade contributiva	1618
3.3. Vedação ao confisco	1619
4. Imunidades	1621
5. Estatuto do Contribuinte	1624
6. Tributação e sigilo bancário	1627

7. Partilha de receitas na Assembleia Constituinte	1630
7.1. O STF e o Fundo de Participação dos Estados.	1632
7.2. Competência tributária	1633
7.3. ICMS, Guerra Fiscal e o papel do Supremo Tribunal Federal.	1635
8. Contribuições sociais e a inversão do quadro de partilha constitucional.	1638
9. Contribuições: controvérsias jurídicas	1641
10. Reforma tributária	1644
11. Finanças públicas e atividade financeira na Constituição Federal de 1988	1645
12. Orçamento Público	1646
12.1. As ECs n. 86/2015, n. 100/2019, n. 105/2019 e o “Orçamento Impositivo” . . .	1648
12.2. A EC n. 95/2016 e o “Novo Regime Fiscal”	1649
12.3. Pandemia e “orçamento de guerra”	1650
13. Leis orçamentárias e controle de constitucionalidade.	1651
14. Dívida pública: aspectos constitucionais	1653
15. Publicidade e transparência fiscal	1654
16. Transparência fiscal e o papel do Conselho Nacional de Justiça	1657
17. Controle da atividade financeira e os Tribunais de Contas.	1658
17.1. Funções constitucionais dos Tribunais de Contas	1660
17.2. Organização e composição	1665
18. Controle das despesas de pessoal	1668
<i>Referências</i>	1675
<i>Índice alfabético remissivo</i>	1709